

**Amazônia** BNDES vai concentrar desembolsos no combate ao desmatamento e reforço ao atendimento de populações indígenas

# Com promessa de recursos, fundo engata retomada

Andrea Viaili  
Para o Valor, de São Paulo

Praticamente congelado durante a gestão de Jair Bolsonaro, o Fundo Amazônia voltou aos holofotes este ano. Teve a governança restaurada, uma exigência dos doadores, e, em abril, foi anunciada a entrada dos Estados Unidos, com a promessa do presidente Joe Biden de contribuir com US\$ 500 milhões. A verba deve ser aplicada em ações de combate ao desmatamento na Amazônia e em outros biomas, na transição energética e no combate às emissões de metano, um dos principais gases de efeito estufa.

Criado pelo Decreto Federal 6.527, de 2008, o fundo tem uma carteira de 102 projetos no valor de R\$ 1,7 bilhão. Os desembolsos somam R\$ 1,5 bilhão. Trata-se de um dos principais mecanismos de pagamento por resultados de redução de emissões provenientes do desmatamento e da degradação florestal, conhecido no meio climático como REDD+.

A retomada do Fundo Amazônia foi oficializada por um decreto editado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva em seu primeiro dia de governo. Em fevereiro, foi restaurado o Comitê Orientador do Fundo Amazônia (Cofa), principal instância de governança do mecanismo, formado por membros do governo federal, representantes dos governos dos Estados da Amazônia Legal e da sociedade civil. Foi o primeiro encontro do comitê desde 2018, já que o fundo foi paralisado no ano seguinte devido a divergências entre os governos da Noruega e Alemanha, principais doadores, e o então ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles.

Na retomada, o comitê decidiu concentrar o apoio inicial do Fundo Amazônia para o enfrentamento do desmatamento da região, que segue alto, e à crise humanitária e sanitária de populações indígenas e comunidades tradicionais, com ações interseccionais em alimentação, saúde e educação. Também houve a retomada imediata do processo de análise dos 14 projetos que ha-

## Fundo apoia 102 projetos dentro e fora da Amazônia

Distribuição dos projetos	Número de projetos
Pará	17
Mato Grosso	15
Amazônias	9
Acre	8
Roraima	5
Rorondônia	2
Mato Grosso do Sul	2
Roraima	1
Amazônia	1
Programas Interinstitucionais	36
Estados fora da Amazônia Legal	5
Exterior	1

**42 projetos** estão em consulta, a primeira fase para avaliação do programa.

**14 projetos** estão em análise, etapa anterior à assinatura do contrato.

Foto: INPE

viam sido paralisados em 2019 e o restabelecimento do Comitê Técnico (CTFA), formado por membros da comunidade científica.

Desde 2009, o fundo já recebeu R\$ 3,4 bilhões, sendo 93,8% provenientes do governo da Noruega, 5,7% do governo da Alemanha, além de 0,5% da Petrobras. Em dezembro de 2022, o governo alemão formalizou com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), gestor do Fundo Amazônia, uma nova doação de € 35 milhões, que devem ser injetados ao longo de 2023.

Segundo o BNDES, o mecanismo contribui, ao longo dos anos, para a manutenção da floresta em pé e foi responsável pela condução de mais de 1,7 milhão de fiscalizações, que permitiram a inscrição de 1,1 milhão de propriedades rurais localizadas na Amazônia Legal no Cadastro Ambiental Rural (CAR). Na área de fomento a atividades produtivas sustentáveis, foram beneficiadas 200 mil pessoas; os projetos apoiados pelo fundo promoveram intervenções em 190 Unidades de Conservação (UCs) e 101 Terras Indígenas (TIs), alcançando 59 mil indígenas.

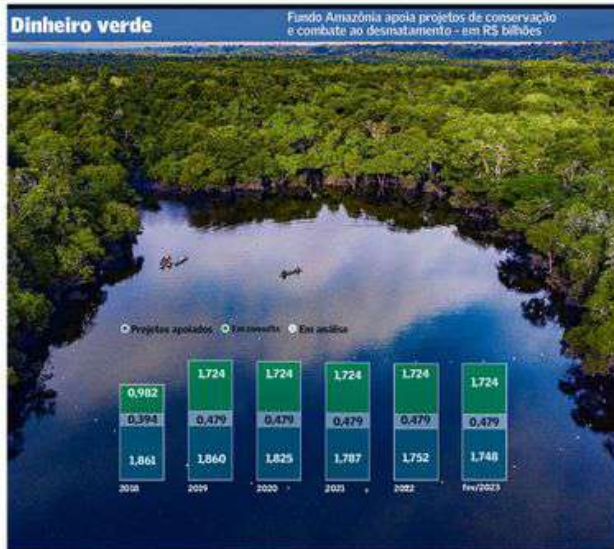
A retomada da análise dos projetos tem sido celer, segundo Adriana Ramos, especialista em políticas ambientais do Instituto Socioambiental (ISA) e membro do Cofa. "É muito animadora a retomada do fundo. Há pressa de fazer o fundo voltar a funcionar o mais rápido possível, considerando a importância dele para apoiar os órgãos públicos", afirma.

A participação dos EUA também deve dar novo impulso aos projetos, uma vez que ficou acordado que os recursos vão seguir as normas definidas pelo Brasil, e não pelos EUA, como é de praxe. "Esse anúncio é bem-vindo porque fortalece o fundo e faz com que a cooperação americana reconheça as diretrizes e prioridades do governo brasileiro", diz a conselheira.

Assinado em dezembro de 2018, o projeto Legado Integrado da Região Amazônica (Lira), operado pelo Instituto de Pesquisas Ecológicas (IPE), escapou por um triz de ser inviabilizado no governo Bolsonaro. Conta com recursos de R\$ 61 milhões a serem gastos até 2024, sendo R\$ 40 milhões do Fundo Amazônia e o restante investido pela Fundação Gordon e Betty Moore, criada pelo fundador da Intel.

O projeto abrange 34% do território das áreas protegidas da Amazônia e atua como articulador e gestor técnico-financeiro da rede de parceiros e também como executor direto de ações no território, que incluem fomento a 13 cadeias de produtos extrativistas da região, que totalizam 44 negócios de base comunitária.

Fabiana Prado, coordenadora do Lira, diz que os recursos do fundo custeiam os projetos mais robustos e que envolvem a construção de infraestrutura e equipamentos para processamento de matérias-primas amazônicas; e também o fortalecimento das instituições da região, o que inclui a formalização de cooperativas. No entanto, como o processo de análise do BNDES é bastante rigoroso, acaba barrando projetos que poderiam ser efetivos para as comunidades.



# Capital privado fomenta negócios e biodiversidade

De São Paulo

Na esteira do Fundo Amazônia, a criação de fundos privados para fomentar atividades produtivas com potencial de manter a floresta em pé é uma tendência que ganha força nos últimos anos. Esses fundos combinam capital filantrópico — geralmente de institutos e fundações ligados às empresas e outros doadores — e visam estimular ações de recuperação de áreas degradadas da Amazônia e apoiar cadeias produtivas de produtos da biodiversidade da região.

É o caso do Fundo JBS pela Amazônia, criado em 2020 pela multinacional brasileira de proteína animal, com o objetivo de atuar em três frentes — ciência e tecnologia, cadeias produtivas e bioeconomia. A empresa se comprometeu a aportar R\$ 250 milhões na iniciativa até 2025, mas a ideia é atrair outros doadores, de modo que a cada R\$ 1 investido por um parceiro, a companhia coloque mais R\$ 1, podendo compor um fundo de R\$ 1 bilhão.

Desde seu lançamento, o fundo já recebeu aportes de quatro cofinanciadores: Ilanco Foundation, Aviager, XP e Overseas Resources Foundation. Hoje, soma 19 projetos apoiados na Amazônia, executados por 30 organizações que

atendem três mil famílias.

Um desses projetos, o Restaura Amazônia visa levar assistência técnica e extensão rural para recuperar pastagens degradadas no bioma e também a floresta com cultivos de sistemas agroflorestais (SAFs), incluindo o cacau, o que garante mais um fonte de renda para as 1,5 mil famílias envolvidas.

O projeto é realizado nos municípios de Novo Repartimento, Pacajá, Anapu e Altamira, no Pará, região bastante impactada pelo desmatamento por ser área de influência da rodovia Transamazônica, onde detectou-se que 27% das pastagens estão degradadas. A iniciativa espera trazer um impacto de 30% no aumento da renda bruta média das famílias e uma redução de 53% nas emissões de gases de efeito estufa das propriedades engajadas.

Embora a maior parte desses produtores atuem na cadeia da pecuária de corte, o fundo JBS não fomenta apenas boas práticas nessa cadeia, explica Andrea

Aguiar Azevedo, diretora do Fundo JBS pela Amazônia. "O Fundo JBS é privado, mas os projetos têm alcance público e visam fomentar outras cadeias, como açaí, cacau e pirarucu", explica.

Segundo a diretora, os fundos privados na região são uma novidade e podem ser potencializados com recursos vindos de fontes variadas, utilizando mecanismos como o blended finance (composição de recursos) e de capital paciente. "O momento é de união de forças. Por isso precisamos avaliar recursos com um olhar para a filantropia de impacto", diz.

Também com atuação focada na Amazônia, o Fundo Vale foi criado em 2009, como parte do lançamento da política de sustentabilidade da mineradora, que é a principal mantenedora. Nos primeiros dez anos de atuação, o fundo apoiou 75 iniciativas socioambientais que ajudaram a proteger 23 milhões de hectares na região.

Em 2020, o fundo passou a priorizar temas como a bioeconomia amazônica e o fomento ao empreendedorismo de impacto na região. É o caso da aceleradora Amaz. 1000 dedicada aos empreendedores amazônicos, que já foi responsável pela aceleração de 30 startups, com investimentos de R\$ 6,8 milhões em 11 empresas. (AV)

**R\$ 1 bi**  
é o potencial do  
Fundo JBS

# Regras da UE impulsionam tecnologia de rastreamento

De São Paulo

A nova legislação aprovada pelo Parlamento Europeu em 19 de abril que proibirá a entrada no bloco de produtos oriundos de áreas desmatadas atinge cadeias produtivas como carne, soja, madeira, café, cacau, borraça, carvão vegetal e produtos impressos. A regulamentação coroa um processo que já estava em andamento no continente e estabelece controles de rastreamento de commodities para evitar o chamado "desmatamento importado" — estimativa do próprio Parlamento aponta que a UE causa 16% do desmatamento de florestas tropicais globalmente em razão das importações.

A lei ainda deverá demorar para entrar em vigor; cada país da UE terá de aprovar a regulação individualmente. Depois, grandes empresas terão até 18 meses para cumprir as novas exigências. As normas devem fomentar o mercado de tecnologias para rastreabilidade de produtos com foco em compliance nas questões ambientais, sociais e de governança (ESG, na sigla em inglês).

"Para além dos aspectos de qualidade, já muito demandados, a rastreabilidade dará a segurança de que produtos ilegais não estão associados a des-

"Rastreabilidade assegura que produtos não estão associados a desmatamento"  
Carla Gheler

matamento ou questões sociais em algum elo da cadeia", diz Carla Gheler, coordenadora da câmara técnica de sistemas agroalimentares do Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (Cebds).

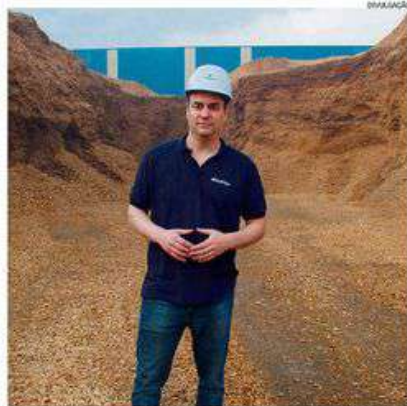
A câmara reúne 54 empresas de variados segmentos — agronegócio, indústria de alimentos, varejo —, e todas usam ferramentas de rastreabilidade em alguma etapa da cadeia. Uma tendência forte, diz Gheler, é o uso das tecnologias para rastrear também a pegada de carbono nas diferentes etapas, que tem se tornado comum em grandes empresas com metas de zerar as emissões de gases de efeito estufa até 2040 ou 2050, movimento conhecido como net zero.

Tecnologia para garantir o compliance ESG dos produtos agrícolas brasileiros é um dos serviços que passaram recentemente a ser ofertados pela Grão

Direto, plataforma que atua na comercialização de grãos, conectando agricultores e compradores. A startup sediada em Uberaba (MG) desenvolveu, em parceria com outra agrotech, a Agrotech — também provedora de soluções digitais para o agro —, um protocolo baseado em inteligência de dados para garantir a origem das matérias-primas comercializadas e seu cumprimento de critérios sociais e ambientais.

A tecnologia usa informações de bases públicas, como o Cadastro Ambiental Rural (CAR), imagens de satélites e dados setoriais para averiguar a conformidade em critérios ambientais dos produtores que comercializam grãos na plataforma e os classifica em uma escala ESG. Em caso de irregularidades graves, como desmatamento ilegal, invasão de terras indígenas ou quilombolas ou denúncias de trabalho análogo ao escravo, o produtor é descredenciado.

Segundo Fred Marques, cofundador e diretor de tecnologia da Grão Direto, a startup notou que a demanda por informações ESG não vinha só de grandes compradores de grãos, como traders e indústrias, mas também de empresas de menor porte. "O mercado de grãos tem maior dificuldade de se regularizar nas pontas, onde estão pequenos negócios. Atuamos no



Gustavo Milazzo, CEO da Woodflow: rastreabilidade para o setor de madeira

méio da cadeia, então vimos que havia a oportunidade de democratizar o acesso a checagem de informações sobre sustentabilidade".

Além de possibilitar a coleta qualificada de informações e o monitoramento de territórios e cadeias produtivas, Marques avança que a tecnologia tem o potencial de fomentar boas práticas socioambientais entre os agriculto-

res. "Produtores de soja já convêm há mais tempo com ferramentas de rastreabilidade para critérios ESG, mas para as culturas de milho e sorgo isso ainda é incipiente", explica.

Especializada no comércio internacional de madeira, a startup Woodflow, de Curitiba (PR), criou uma plataforma que conecta produtores brasileiros e comprado-

res internacionais que permite rastrear os produtos desde a sua extração até o destino final. Antes de lançar a plataforma, o empreendedor e CEO da Woodflow, Gustavo Milazzo, detectou em uma pesquisa junto a importadores que havia demanda por padrões de sustentabilidade e rastreabilidade no segmento.

"Através da tecnologia permitimos que produtores nacionais engajados divulguem suas fábricas, estruturas e origem da madeira, mostrando ao mundo que há empresas sérias e comprometidas com a sustentabilidade e futuro desse comércio", diz. A maior parte da madeira comercializada na plataforma tem certificações verdes, como o FSC.

Para Milazzo, o endurecimento das regras ambientais na Europa traz oportunidades de negócios para empresas brasileiras, já que exportadoras de produtos de madeira para o continente precisam atender à norma EU Timber Regulation, em vigor desde 2013. Essa norma exige a apresentação de documentos com informações que vão desde o local de retirada da tora e as etapas de transformação até o embarque no porto brasileiro. "Os importadores que utilizam a plataforma podem acessar toda a documentação on-line", afirma o empresário. (AV)